



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

16/11/2015 – Comitê de Investimentos

Ata da **REUNIÃO ORDINÁRIA do Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos dezesseis dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros, conforme Portaria IPMU nº 039/2014: Cícero José de Jesus Assunção, Flávio Bellard Gomes, Osieo Hecher, Silvia Moraes Stefani Lima e Sirleide da Silva. Aberta a reunião, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o **Relatório das Aplicações Financeiras**, conforme processo **IPMU/129/2015**. O mês de outubro não trouxe grandes novidades no campo econômico. As questões políticas continuam no foco para a definição de um horizonte menos incerto para a economia. Disputas políticas entre o Governo e o Congresso com a pauta do ajuste fiscal têm comprometido a credibilidade do país frente aos investidores. Indefinições trazem volatilidade ao mercado. A inflação continua elevada e persistente. No cenário externo, expectativa quanto ao início do ciclo de alta da taxa de juros norte-americana têm motivado as apostas da comunidade financeira internacional. Os fundos de investimentos de renda fixa apresentaram bom retorno, mostrando recuperação em relação ao mês anterior. Na bolsa, também houve um ensaio de recuperação de algumas estratégias. Investidores se mostraram mais confiantes no desempenho da economia global, diante da expectativas de que os principais bancos centrais não deixarão de dar suporte ao crescimento mundial. **Estados Unidos**. Permanecem as dúvidas sobre o momento em que o Banco Central dos Estados Unidos iniciará o ajuste das taxas básicas de juros. O Comitê de Política Monetária do (Fomc), no final de setembro, se utilizou das incertezas presentes no cenário internacional (em especial em relação aos países emergentes) para justificar a manutenção dos juros próximos de zero por mais tempo. Os problemas dos países emergentes deixaram de ser vistos como uma das grandes ameaças na formulação dos cenários para a economia global. O comitê passou a afirmar que na próxima reunião – que ocorre em dezembro – avaliará se vai ser apropriado subir ou não a taxa de juros. A probabilidade de alta de juros na reunião de dezembro, que chegou a cair para 20% após a reunião de setembro, passou a ser de 50% após a reunião de outubro. Apesar de um recente enfraquecimento dos dados, deve continuar sua trajetória firme de crescimento e caminha para uma alta de juros já em dezembro de 2015, seguido por um ciclo bastante cauteloso e gradual. A divulgação de que o mercado de trabalho americano gerou 271 mil vagas em outubro, ante uma previsão média do mercado na casa 180 mil, torna praticamente certo o início do processo de aperto monetário dos Estados Unidos em dezembro. A condição para isso era de que os indicadores continuassem apontando para a recuperação econômica do país. Apenas um único outro fator pode adiar a alta dos juros. Trata-se do comportamento dos mercados em nível global diante da certeza de que era dos juros próximos de zero tem data para acabar, e que começa no mês que vem. Se o cenário azedar demais, isso pode comprometer as expectativas do Fed sobre a economia global fora dos EUA e isso pode ter implicações internamente para o próprio EUA. **Zona do Euro**. A recuperação da economia europeia vem perdendo o ímpeto do segundo trimestre. Dessa maneira, as preocupações em relação ao risco de deflação ganharam força nos últimos meses e, adicionalmente, o indicador de inflação voltou a mostrar queda. Assim, o Banco Central Europeu sinalizou que poderia elevar o montante do programa de compra de títulos já em dezembro. **Japão**. O Banco Central do Japão decidiu não ampliar o seu programa de estímulos, preferindo preservar suas opções diante de esperanças de que a economia consiga superar os ventos contrários vindos da desaceleração da China sem apoio monetário adicional. Apesar da confiança do Banco Central, a recuperação da economia segue frágil e o baixo crescimento dos salários deverá diminuir o efeito positivo do crescimento nas expectativas de inflação, o que resultará em maior pressão para as autoridades ampliarem seu programa de compras, o que deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2016. **China**. Ainda não deu sinais claros de reversão da moderação de sua economia. Por esse motivo, a autoridade monetária chinesa voltou a cortar as taxas de juros e de compulsórios, com o intuito de reforçar as medidas de afrouxamento econômico. Além disso, o governo vem adotando medidas estruturais para tentar diminuir a velocidade de desaceleração do país. Acredita-se que a economia chinesa deve continuar convergindo em direção a um crescimento mais moderado nos



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

próximos anos. **Cenário Nacional.** Prevalece o quadro de baixo crescimento, inflação elevada e ajuste nas contas externas. As decepções com as perspectivas de crescimento da economia brasileira estão aumentando constantemente. Apesar da forte contração do Produto Interno Bruto do país no primeiro semestre de 2015, indicadores recentes sugerem que a atividade econômica ainda não atingiu o fundo do poço. Devido à fraqueza generalizada, tanto no setor manufatureiro, cujos estoques continuam em alta, quanto no setor de serviços, a confiança dos agentes econômicos está atingindo novos mínimos históricos a cada mês. Além disso, acredita-se que é muito baixa a probabilidade de ocorrência, no curto-prazo, de qualquer mudança que seja capaz de induzir alguma recuperação do crescimento, tais como a redução da incerteza política atual ou a aprovação de medidas eficazes para reduzir o desequilíbrio fiscal do país. Conseqüentemente, o crescimento econômico nos próximos trimestres tende a ser pior do que esperava-se anteriormente. A fraca atividade econômica provocou uma arrecadação de impostos muito aquém do esperado ao longo do ano e, devido à falta de apoio no Congresso, o governo não consegue aprovar medidas para compensar essa queda nas receitas. Conseqüentemente, o país está progressivamente se afastando das metas fiscais estabelecidas para os próximos anos. Nos próximos meses, em paralelo com a análise sobre crescimento e inflação, a discussão sobre os rumos do ajuste fiscal e da agenda de reformas no Congresso continuará sendo fundamental e fator chave para uma avaliação mais completa sobre o cenário nos próximos anos. Os eventos mais recentes, como a revisão para baixa da meta de superávit fiscal, sugerem cautela adicional. A hipótese de troca do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pelo ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles animou os investidores locais e serviu como gatilho para um rali nos mercados, em um ambiente de baixo volume e cenário externo calmo. Segundo profissionais econômicos, se a troca de comando de fato ocorrer, pode gerar um efeito positivo de curto prazo nos mercados, mas a tendência ainda continua sendo negativa, uma vez que os problemas estruturais políticos e econômicos permanecem. Segundo informação, Meirelles tem conversado com líderes políticos governistas sobre cenários econômicos para o Brasil. Para os analistas financeiros, Meirelles é mais hábil no trato político e Levy mais operacional. Mas há dúvidas sobre se a habilidade política de Meirelles seria suficiente para destravar o impasse que se instalou entre governo e oposição no Congresso, e que impede a aprovação das medidas do ajuste fiscal. **Taxa de Juros.** Em decisão já esperada pelo mercado, o Comitê de Política Monetária do Banco Central decidiu manter a meta da taxa básica de juros em 14,25%, o maior patamar em nove anos. A percepção é de que a política monetária atingiu o seu limite diante da forte e extensa recessão que envolve a economia brasileira, não devendo ocorrer novos aumentos de juros em 2015. O comunicado divulgado reforçou o entendimento dos diretores de que a manutenção desse patamar da taxa básica de juros é necessária para a convergência da inflação para a meta no horizonte relevante da política monetária, o que para muitos foi interpretado como além de 2016. Assim, a expectativa para a taxa Selic no encerramento do ano é de 14,25% e de 13,00% para o fechamento de 2016. **Inflação.** O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou para **0,82%**. É a maior taxa para outubro desde 2002, quando o indicador oficial de inflação do país subiu 1,31%. Com o resultado, houve alta de 8,52% no ano, a maior taxa desde 1996, quando foi de 8,70%. Em 12 meses, a inflação acumulada ficou em 9,93%, maior taxa desde novembro de 2003, quando foi de 11,02%. **Grau de Investimentos.** A agência de classificação de risco Fitch rebaixou o rating de longo prazo do Brasil de BBB para BBB-. A perspectiva da nota permanece negativa. O ambiente político difícil está dificultando o progresso na agenda legislativa do governo, afirma a Fitch, apontando que esse problema reflete negativamente para a economia em geral. Para a agência de risco, o impacto antecipado da recessão econômica sobre as receitas do governo e a dificuldade para implementar medidas para compensar o cenário político complicado minaram a estratégia de consolidação fiscal do governo. Conseqüentemente, em julho o governo reduziu suas metas de superávit primário substancialmente para 2015 e adiante, diz a agência. **Produto Interno Bruto.** O mercado financeiro elevou sua previsão, de crescimento da economia para uma retração de -3,02%. Se confirmado, será o pior resultado em 25 anos. Para 2016 as estimativas é de retração de -1,43%. **Dólar.** O dólar fechou o mês com desvalorização de -2,59%, refletindo o recuo da



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

moeda americana no exterior e a perspectiva de entrada de recursos com a lei de repatriação de bens. No ano, o dólar ainda acumula forte alta de 45,29% sobre o real, diante do cenário econômico e político bastante conturbado. **Renda Fixa.** O mercado de renda fixa viveu uma trégua em outubro, mas o movimento da curva de juros mostrou a continuidade da deterioração das expectativas. Se em agosto e, principalmente, em setembro, esta deterioração se traduziu em aumento paralelo de toda a curva de juros, em outubro tivemos um aumento da inclinação da curva que não foi vista nos meses anteriores. O mercado de fundos IMA teve um mês positivo. Os títulos de inflação foram os melhores investimentos do mês de outubro: Títulos 2050 (4,85%), Títulos 2035 (4,80%), Títulos 2019 (4,57%), Títulos 2020 (4,36%), Títulos 2025 (3,82%), Títulos 2017 (3,08%), Títulos 2018 (2,88%). O mercado de renda fixa local apresentou movimentos distintos conforme o segmento da curva. Na parte da curva onde o Banco Central exerce maior influência, houve recuo das taxas, em linha com a manutenção da taxa Selic. Na parte mediana da curva houve relativa estabilidade. Na parte longa, o cenário fiscal aumentou os prêmios exigidos pelo mercado, elevando as taxas de juros. Este comportamento pode ser explicado por uma convicção e um temor do mercado. A convicção é de que é baixa a probabilidade de que o Banco Central dê um choque de juros no curto prazo dada a fraqueza da atividade econômica e, principalmente, a deterioração da política fiscal, que tira potência da política monetária. O temor relaciona-se justamente com este último ponto: sem um ajuste fiscal, a solução de equilíbrio para a dívida pública é inflação crescente no futuro. O cenário-base vai em linha com essa percepção do mercado. Alguns analistas financeiros consideram, inclusive, que existe um excesso de prêmio na parte curta da curva de juros, uma vez que vemos muito baixa a probabilidade de que o Banco Central retome o ciclo de aperto monetário em algum momento de 2016. Também consideram a parte mais longa da curva a mais exposta às incertezas políticas e a consequente fragilidade fiscal, razão pela qual evitaríamos exposição neste setor da curva. **Renda Variável.** As bolsas apresentaram bom desempenho em outubro, após um setembro onde as quedas foram generalizadas pelo temor de uma desaceleração mais forte da economia chinesa. O Ibovespa interrompeu uma sequência de três meses de baixa, ao subir 1,8% em outubro, para 45.868 pontos, a maior alta mensal desde abril. No ano a bolsa segue no vermelho, com queda de 8,3%. A injeção de mais de R\$ 3,2 bilhões de capital estrangeiro no mês contribuiu em grande parte para a melhora. Apesar da desvalorização acumulada no ano, analistas não acreditam que a bolsa brasileira já chegou ao fundo do poço e ainda veem espaço para nova baixa. Nada mudou substancialmente no front político e econômico, o que mantém o investidor com baixa disposição para aplicar. Para os analistas, o governo precisa reconstruir a confiança e a credibilidade de suas políticas e instituições e ainda não está claro como o déficit orçamentário será revertido. Não há melhoras nos cenários político e econômico, e que pode haver mais pressão sobre a nota de risco de crédito do país. **Perspectivas.** Outubro pode até ter deixado a impressão de maior leveza nos mercados, de esfriada nos ânimos após o pânico visto mês anterior, mas o ambiente segue de estresse. Com uma desanuviada na cena externa, investidores estrangeiros aproveitaram para elevar as alocações em bolsa por aqui, o que trouxe um respiro para a cena local. Contudo, sem mudanças representativas no noticiário brasileiro, o clima de incerteza se mantém e prevalece a recomendação de preservação do capital, com foco em aplicações conservadoras. Para os mais avessos a risco, recomendam-se estratégias que acompanhem os juros. Mas são os títulos públicos atrelados à inflação que continuam a liderar de longe a preferência dos investidores, ainda que os prêmios tenham cedido neste mês. Os mercados não estão mais calmos, mas passaram por momentos de volatilidade menor. Os próximos dados de atividade global, especialmente dos EUA e da China, serão determinantes para definir o humor dos investidores e a tendência para o mercado até o fechamento do ano. **CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.** Apresentou valorização dos ativos financeiros, no décimo mês do ano, aumentando o patrimônio financeiro, que passou de R\$ 233.910.721,02 (duzentos e trinta e três milhões novecentos e dez mil setecentos e vinte e um reais e dois centavos) em setembro, para R\$ 237.719.706,24 (duzentos e trinta e sete milhões setecentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos) em outubro. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável:** IRFM1 (1,306% no



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

mês/ 10,509% no ano 2015/ 12,433% em 12 meses), IRFM1+ (0,669% no mês/ 2,249% no ano 2015/ 3,231% em 12 meses), IRFM Total (0,919% no mês/ 5,547% no ano 2015/ 7,195% em 12 meses), IMA-B 5 (2,489% no mês/ 12,447% no ano 2015/ 13,889% em 12 meses), IMA-B 5+ (2,634% no mês/ 3,137% no ano/ 3,962% em 12 meses), IMA-B Total (2,575% no mês/ 6,154% no ano/ 7,195% em 12 meses), CDI (1,108% no mês/ 10,770% no ano/ 12,813% em 12 meses), Ibovespa (1,80% no mês/ -8,28% no ano e -12,36% em 12 meses), Ibrx-50 (1,050% no mês/ -7,61% no ano e -11,78% em 12 meses), Imobiliário (7,47% no mês/ -17,24% no ano/ -25,12% em 12 meses), Small Caps (5,554% no mês/-8,28% no ano e -20,57% em 12 meses) e Dividendos (6,44% no mês/ -18,440% no ano e 26,74% em 12 meses). **Meta Atuarial.** Apesar da forte valorização dos ativos financeiros no mês, a distância para cumprimento da meta atuarial em 2015 continua aumentando: meta atuarial de **14,5224%** enquanto o crescimento financeiro foi de **9,2046%**. Com a evolução dos índices inflacionários, a meta atuarial tende a ser elevada. A projeção para a meta atuarial medida pela variação do INPC é de **16,22%**. **Rentabilidade dos Investimentos.** A Carteira de Títulos Públicos apresenta valorização acumulada de R\$ 3.452.300,74 (três milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil trezentos reais e setenta e quatro centavos). Os Fundos de Renda Fixa apresentam valorização de R\$ 16.155.352,34 (dezesesseis milhões cento e cinquenta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos). Os Fundos de Renda Variável apresentam desvalorização de R\$ 462.362,40 (quatrocentos e sessenta e dois mil trezentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos). **Diversificação dos investimentos:** Fundos DI (R\$ 69.378.748,60 / 29,19% do PL), Fundos IRFM 1 (R\$ 55.647.678,20 / 23,41% do PL), Fundos IMA-B 5 (R\$ 45.455.991,25 / 19,12% do PL), Títulos Públicos IPCA (R\$ 28.056.969,62 / 11,80% do PL), Títulos Públicos IGPM (R\$ 14.061.564,44 / 5,92% do PL), Fundos Crédito Privado IPCA (R\$ 12.709.64,00 / 5,35% do PL), Fundos Títulos Públicos 2016 e 2019 (R\$ 10.386.647,85 / 4,37% PL) e Fundos Ibrx-50 (R\$ 2.022.492,28 / 0,85% do PL). **Aplicação de recursos por Instituição Financeira:** Santander (R\$ 50.931.416,56 / 21,42% do PL), Caixa Econômica Federal (R\$ 48.168.808,26 / 20,26% do PL), Bradesco (R\$ 38.811.076,41 / 14,28% do PL), Banco do Brasil (R\$ 33.629.205,96/ 14,15% do PL), e Itaú (R\$ 24.061.362,99/ 10,12% do PL). **Duration das Aplicações.** No encerramento do décimo mês do ano, 56,96% das aplicações financeiras estavam alocadas em fundos de curto prazo, 42,19% estavam alocadas em fundos de longo prazo e 0,85% das aplicações financeiras alocadas em renda variável. **Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. Fundos de Crédito Privado. As aplicações nos Fundo de Investimentos – Renda Fixa Crédito Privado estão em desacordo com o artigo 7º, inciso VII, alínea b (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17% (abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014), 5,10% (julho/2014), 4,99% (agosto/2014), 5,12% (setembro/2014), 5,11% (outubro/2014), 5,08% (novembro/2014), 5,15% (dezembro/2014), 5,15% (janeiro/2015), 5,17% (fevereiro/2015), 5,24% (março/2015), 5,24% (abril/2015), 5,23% (maio/2015), 5,27% (junho/2015), 5,29% (julho/2015), 5,41% (agosto/2015), 5,38% (setembro/2015) e 5,35% (outubro/2015). **Rentabilidade dos fundos de investimentos:** Títulos 2021 (2,349% no mês e 15,806 no ano), Títulos 2024 (1,248% no mês e 16,347% no ano), Caixa Brasil IPCA X (1,053% no mês e 13,308% no ano), Caixa Brasil IPCA XII (1,106% no mês e 13,258% no ano), Santander IMA-B 5 (2,477% no mês e 12,378% no ano), Itaú IRFM 1 (1,354% no mês e 10,335% no ano), Bradesco DI (1,106% no mês e 10,88% no ano), Santander DI (1,103% no mês e 10,887% no ano), Caixa DI (1,112% no mês e 10,856% no ano), Brasil IRFM 1 (1,30% no mês e 10,144% no ano), Caixa Ibrx-50 (0,143% no mês e -10,741% no ano), Bradesco Títulos 2019 (1,148% no mês e 3,951% no ano) e Caixa Brasil 2016 (2,054% no mês e 3,836% no ano). Dando sequência à pauta, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o relatório referente os fundos de investimentos **BB Previdenciário RF TP VII 2022 e BB Previdenciário RF TP IX 2018**, conforme



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

processo **IPMU/116/2015**. De acordo com o gestor, o fundo é uma boa oportunidade para alocação que tem como estratégia carteira com um único ativo, que será NTN-B com vencimento em 2018 ou 2020, que atualmente oferece retorno acima da meta, atuarial (IPCA+6,00% aa). De acordo com o gestor, a NTN-B é um título público federal, de baixo risco, se tornando uma ótima oportunidade de investimento para superar a meta atuarial, sem expor o patrimônio a um nível elevado de risco, porém haverá marcação a mercado e portanto, volatilidade. O resgate somente poderá ser solicitado em 15/08/2018 e 15/08/2022. Enquadramento 3922/10: Artigo 7º - Inciso I “b” – Até 100% do PL do RPPS. De acordo com a Consultoria Financeira RISK OFFICE, é uma boa opção para investimento nestes produtos, visto que a promessa de rentabilidade é superior a Inflação + 7% e a meta atuarial, que no caso do IPMU é de inflação + 6%. Estes dois produtos tem como abjetivo buscar retorno em investimento em NTN-Bs, tornam-se fundo bem atrativos visto que tem como promessa de rentabilidade um retorno bem superior a Meta Atuarial. O cenário econômico atual nos traz uma incerteza muito grande quanto a sua melhora. Observamos uma elevação considerada das taxas Pré-Fixadas nas ultimas semanas em reflexo do rebaixamento do rating do país, acarretando a sua saída do grau de investimentos por uma agência avaliadora e também reflexos do atual momento conturbado da economia Chinesa. Estes fatores aliados as projeções econômicas nos trazem uma oportunidade de rentabilidade no Pré-Fixado, e uma oportunidade de fugir da atual volatilidade do mercado. Além da atual volatilidade (os fundos tem marcação a mercado), a migração para estes produtos devem ser avaliados com relação a sua liquidez. O fundo **BB Previdenciário RF TP VII** tem carência até 2022 e o fundo **BB Previdenciário RF TP IX** tem carência até 2018. Ato contínuo, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar o relatório do fundo de renda variável **Caixa FI Ações Brasil IBX-50, conforme processo IPMU/098/2015**. O fraco desempenho da economia, recessão, inflação estourando o teto da meta, alta do dólar e crise política, provoca volatilidade na bolsa e a renda variável deve ficar com menor fatia dos investimentos. O mercado financeiro geralmente tenta antecipar os movimentos da economia. Já não é novidade aos agentes do mercado que o país passa por uma recessão em 2015, os indicadores de confiança do consumidor e o empresariado já estão próximos às mínimas históricas. Por mais que as manchetes de jornais divulguem ao longo do ano notícias que não sejam nada boas, o mercado já as colocou nos preços dos ativos. Ou seja, as ações já estão com o preço que prevê esse cenário ruim da economia ao longo de 2015 e 2016. A economia fraca desafia aplicação em renda variável. A baixa no preço das ações cria oportunidades de investimento na Bolsa. No entanto, a previsão é de mais um ano instável, devido ao baixo crescimento da economia e aos ajustes que o governo fará. Segundo os analistas financeiros, quando o governo aumenta os juros, cria um problema no mercado de capitais, pois a Bolsa deixa de ser atrativa, já que os títulos públicos têm remuneração alta. A aplicação no fundo CAIXA FI AÇÕES BRASIL IBX-50, iniciou em 19/05/2008, com aplicação de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais). No fechamento de outubro/2015, o desempenho é negativo, apresentando desvalorização de R\$ 1.477.508,69 (hum milhão quatrocentos e setenta e sete mil quinhentos e oito reais e sessenta e nove centavos). Redução de 42,21% do valor nominal da aplicação. De acordo com a Risk Office, a expectativa para a Renda Variável não é muito otimista. O pensamento da consultoria é de não efetuar novos aportes, porém o que já está, não resgatar com desvalorização. Isto porque o Tribunal de Contas do Estado normalmente não tem um entendimento favorável. O que pode ser analisado é migrar este valor para produtos mais ativos, onde normalmente o desempenho é melhor e manteria o mesmo fator de risco. Apesar do setor não andar bem, ainda sim existem produtos com rentabilidade boas, principalmente nos fundos que se enquadram no artigo 8º inciso I da Resolução 3922/2010. **ESTRATÉGIA DE INVESTITOS - JUSTIFICATIVAS**. Diante do cenário de grande volatilidade, com aumento das incertezas nos investimentos, com alternativas restritas para buscar a meta atuarial, o importante é manter a carteira com crescimento positivo, privilegiando ativos líquidos e esperar uma desaceleração dos índices inflacionários. Não é momento de assumir riscos buscando fontes alternativas de rentabilidade, uma vez que ativos praticamente livres de risco na renda fixa tendem a satisfazer as necessidades atuariais. Necessidade de se manter mais conservador, apropriando ganhos por



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU
Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

conta do aumento da taxa de juros. Os fundos IRFM1/DI, considerados investimentos de curto prazo possuem menor potencial de cumprimento da meta atuarial, contudo reduzem a volatilidade da carteira em relação às alterações nas taxas de juros e trazem maior liquidez. Os Títulos Públicos NTN-B, ativos integrantes da carteira de investimentos IMA-B, estão apresentando taxas de retorno acima de 6% ao ano, acima da meta atuarial. A combinação de inflação e juros elevados, retração da atividade econômica, elevação do desemprego, e deterioração das contas públicas, trazem uma perspectiva negativa sobre a capacidade do governo em executar o ajuste necessário, diante da baixa coesão da base aliada no Congresso. O atual ciclo de alta de juros favorece esta classe de fundos, pois os retornos absolutos tendem a ficar mais atrativos. Busca da conservação da carteira de investimento e melhor performance. Proteção da contra oscilação bruscas nos preços dos ativos, em amigmente de averção ao risco de mercado.

DELIBERAÇÃO. 1-) Aplicar o repasse das contribuições previdenciária e da compensação previdenciária no fundo Santander Corporate DI. **2-)** Resgatar os valores referentes a folha de pagamento dos inativos do fundo Santander Corporate DI. **3-)** Manutenção da aplicação no fundo Caixa Brasil IBX-50 FI Ações, considerando o resgate implicaria na realizada de elevado prejuízo, movimento desfavorável no momento. **4-)** Não aplicar nos fundos BB Previdenciário RF TP VII 2022 e BB Previdenciário RF TP IX 2018, considerando a existência na carteira de investimentos de fundos da Caixa Econômica Federal e do Bradesco, com as mesmas características e que receberam aportes nos meses de setembro e outubro. **5-)** Analisar fundos de renda variável enquadrados no no artigo 8º inciso I da Resolução 3922/2010, para possível migração do fundo **Caixa FI Ações Brasil IBX-50**. **6-)** Migrar os valores aplicados no fundo **Itaú Institucional Alocações Dinâmica Renda Fixa FIC FI** e aplicar no fundo Itaú Soberano IRFM 1, com o proposito de estruturar a carteira para buscar melhores resultados no curto prazo e adequação do percentual de aplicação no artigo 7º inciso IV da Resolução 3922/2010. Outro fator é o percentual da taxa de administração (0,40%), acima dos fundos da carteira de investimentos do IPMU (Santander DI /0,20%, Bradesco DI/ 0,20% e Caixa DI/ 0,20%). **7)** Manutenção das demais aplicações financeiras. Ato contínuo foi agenda reunião ordinária para o dia 07/12/2015 (Elaboração da Política de Investimentos) e reunião extraordinária para o dia 11/12/2015 (Estratégia de Investimentos). Finalizando a reunião, os membros do Comitê de Investimentos são informados que a consultoria financeira, Crédito e Mercado foi adquirida pela empresa Starboard Participações Ltda. Além da compra do Grupo Crédito & Mercado, foram adquiridas também a empresa PAR Investimentos e parte do sistema da empresa Plena Consultoria em Investimentos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

Cícero José de Jesus Assunção

Flávio Bellard Gomes

Osieo Hecher

Silvia Moraes Stefani Lima

Sirleide da Silva